

Consultado en:

<https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/espacioydesarrollo/article/view/8122/8414>

Fecha de consulta: 26/08/2024.

ESPACIO Y DESARROLLO, N.º 15, 2003

TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DUAS EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS

*Joaquim Anécio Almeida**
*Marcelino de Souza***

* Doutor em Sociologia, Professor Titular do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Pesquisador do CNPq. Coordenador do grupo de pesquisa «Turismo e Desenvolvimento». , naik@ccr.ufsm.br

** Doutor em Engenharia Agrícola, Professor Adjunto do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Vice-coordenador do grupo de pesquisa «Turismo e Desenvolvimento». , marcelino.souza@uol.com.br ou marcelino@smail.ufsm.br

RESUMEN

El desafío actual del desarrollo rural es de crear oportunidades de empleo y renta, con la participación de la población local, teniendo en cuenta que la producción agropecuaria tradicional no garantiza más lo indispensable a una actividad económica rentable. De esta manera, el objetivo de este artículo es de argumentar, apoyándose en estudios hechos en dos municipios del Estado de Santa Catarina (Lages y San Martín), Región Sur del Brasil, que el turismo rural puede constituirse en una estrategia de desarrollo sostenible que genera ideas, instrumentos y métodos para enfrentar las dificultades existentes. El turismo, aunque tardío, apalanca las regiones rurales que se encuentran en crisis para generar nuevas formas de empleos, ocupación de la mano de obra y renta, como también permite la combinación y el encadenamiento de actividades complementarias, parcerías entre los propietarios de las fincas, empresarios, administradores y asociaciones de manera que facilitan la comercialización de los productos y servicios locales.

Palabras clave: turismo rural, desarrollo sostenible, empleo y renta.

ABSTRACT

The challenge faced by rural development programmes is to create employment opportunities and income, with the involvement of local population, taking into account that the traditional agricultural production does not offer the guarantee of an efficient economic activity. Thus, the aim of this article is to argue, based on data collected in two counties of the State of Santa Catarina (Lages and São Martinho), Southern Region of Brazil, that rural tourism can be a useful strategy of sustainable development in the sense that it generates ideas, tools and methods to face current difficulties. Rural tourism helps to maintain the existing jobs, to generate new occupations and to aggregate new incomes as well as to stimulate the emergence of new economic activities, new forms of partnership among farmers, industrialists, administrators and associations in view of facilitating the sale of local products and services.

Key words: rural tourism, sustainable development, occupation and income.

INTRODUÇÃO

Os programas de desenvolvimento rural, entendidos como conjunto de ações dirigidas visando a melhoria das condições de vida dos habitantes do meio rural, são desafiados por um dilema. Como é possível desenvolver o meio rural quando somente a atividade agrícola tradicional não garante mais o indispensável a uma atividade econômica eficiente? A resposta para esse dilema recai sobre a natureza do potencial econômico das áreas rurais e sobre a maneira como esse potencial pode ser explorado a fim de poder identificar medidas políticas que sejam relevantes, e efetivas para ir ao encontro das aspirações locais. As regiões rurais são agregados complexos e a oportunidade econômica dessas regiões é limitada a três possibilidades: descobrir e mobilizar novos recursos, dar novo uso para recursos existentes ou fazer melhor uso dos mesmos. Nas regiões mais prósperas onde existe uma atividade econômica estável e diversificada a questão de estratégias de desenvolvimento é menos problemática. Mais problemático é o caso das regiões rurais marginalizadas onde o desafio do desenvolvimento tem diferentes dimensões, mas o maior é o de encontrar produtos e atividades que revertam em benefícios econômicos a nível local. A crise crescente na agricultura e o conseqüente afastamento de muitas comunidades rurais da sua base agrícola tradicional não têm sido acompanhada pela introdução da indústria de pequeno porte ou pelos serviços. A migração, principalmente de jovens trabalhadores, tem contribuído para o enfraquecimento do tecido social e econômico local e a economia de algumas regiões está em perigo de completa marginalização.

Se a sobrevivência dessas comunidades precisa ser assegurada, são necessárias estratégias que estimulem um espírito empresarial e gerem oportunidades para descobrir novos recursos ou uma melhor utilização dos recursos existentes.

Uma das atividades que emerge no cenário atual de programas de desenvolvimento é o turismo rural. Três termos são freqüentemente utilizados para indicar um fenômeno cuja concepção e práticas tem o ambiente rural como pano de fundo. Esses termos são: turismo em espaço rural, turismo rural e agroturismo. Em alguns casos, esses termos são empregados como sinônimos, indicando um conjunto de atividades lúdicas e recreativas que acontecem no espaço rural. Para outros, se existe alguma diferença, é uma questão de nuances. Assim sendo, o turismo no espaço rural seria mais abrangente, englobando todas as atividades que se somam às expectativas da clientela cada vez mais exigente. O turismo rural se refere ao caráter multifuncional do espaço rural contemporâneo onde a agricultura, atividade predominante, divide o espaço com outras atividades, entre elas, o turismo. Fala-se do agroturismo quando existe uma participação dos turistas nas lidas do campo, seja na agricultura, na pecuária ou na manutenção dos parques florestais, e na limpeza dos rios.

Portanto, o turismo rural se pode definir na economia global do turismo, como a valorização:

- dos espaços rurais, dos recursos naturais, do patrimônio cultural, da arquitetura rural, das tradições étnicas, dos produtos locais.
- das identidades regionais representadas na gastronomia, acolhimento, atividades de lazer, animação e serviços diversos.

- para fins de desenvolvimento local sustentável e como uma opção de lazer da sociedade moderna, a valorização do rural faz parte de um novo pacto social entre a cidade e o campo.

O desenvolvimento turístico de uma região rural se faz a partir da utilização, para fins turísticos dos recursos naturais e culturais locais. Em outros termos, o turismo rural se apoia sobre o espaço; envolve participação ativa das populações locais em acolher os turistas; e se concretiza através da oferta dos produtos turísticos.

O turismo rural é um criador de renda e ocupações, um promotor de infra-estruturas e um meio de intercâmbio de sinergias entre o ambiente rural e o ambiente urbano. Mas é seu importante efeito multiplicador sobre os investimentos diretos que o faz um instrumento privilegiado de desenvolvimento. O papel é mais incisivo à medida que aumenta o grau de satisfazer uma demanda que é crescente, que tem demonstrado uma capacidade de crescimento de 6% anual, o dobro do turismo litorâneo (Calatrava & Áviles, 1993).

Atualmente, os atores locais têm tomado consciência das potencialidades do efeito multiplicador do turismo como meio de criação de rendas complementares, desenvolvimento de sinergias ou serviços que sustentem o mundo rural.

A expectativa do fenômeno turístico gira em torno de um público, saturado de áreas de grande concentração turística e que se volta para lugares humanizados e pessoais à procura de lazer, descanso, distração, recuperação física e mental ou, mesmo, o conhecimento do meio ambiente. Recorrem a locais definidos a partir de suas qualidades naturais ímpares, como: clima ameno, paisagens atraentes, possibilidades de práticas esportivas, atividades físicas na natureza, banhos de rio, etc.

O aspecto do contato direto e personalizado com o meio rural (físico e humano), bem como uma ocasião de participação nas atividades, nos usos e nos costumes da população local, faz com que o turismo rural se especialize na pequena empresa, oferecendo um turismo no qual o homem constitui o elemento central e primário; um tipo de turismo onde os parâmetros tradicionais da oferta são considerados como a essência da «ruralidade».

Ao largo dessa oferta ficariam os grandes serviços turísticos localizados no meio rural, porém não incluídos na categoria de turismo rural. A experiência européia mostra que a característica maior do turismo rural é preservar a genuinidade do local, equilibrando-se os valores do passado e o conforto moderno, as expectativas urbanas e a realidade do campo. A diferença básica do turismo rural em relação com o turismo tradicional é que a exploração agropecuária mantém suas atividades e rotinas originais, atendendo a uma clientela urbana cada vez mais carente de contato com o natural, com um modo de vida que, pelo menos no imaginário urbano, remete a uma reconciliação com a natureza. As atrações não devem ser ornamentais e isso é decisivo para o seu sucesso junto a um público saturado de simulações e banalizações impostas pelo consumo. Além de andar, do descanso, da recreação, enfim, da fruição turística, os hóspedes podem vivenciar as rotinas de trabalho de uma propriedade rural.

A geração de novas formas de empregos e ocupação da mão-de-obra tem se mostrado o maior e o melhor desafio para o meio rural brasileiro. A literatura nos dá uma idéia do potencial do turismo rural como gerador de empregos. Esses empregos nasceriam da combinação de novas atividades, do acréscimo de atividades complementares, das parcerias entre proprietários rurais, empresários, administradores e associações, de forma a facilitar a comercialização dos produtos e dos serviços locais. Surge dele a possibilidade de incrementar, pouco a pouco, as frentes públicas ou particulares de geração de empregos no meio rural.

O caso que estudamos nos dá uma idéia das mutações do meio rural frente à introdução do trabalho turístico. Esse estudo confirma a expectativa de que o turismo rural é um gerador de trabalho e serviços no rural deprimido. Mas, parece-nos necessário frisar que solucionar os problemas de empregos no meio rural não é a finalidade direta do turismo rural. É sim uma iniciativa de desenvolvimento que gera idéias, instrumentos e métodos para enfrentar a crise, alavancando áreas em crise na produção tradicional agropecuária. Nesse sentido, a experiência do município de Lages, Estado de Santa Catarina, é representativa (Blos, 1999).

Lages se inscreve perfeitamente bem naquelas zonas descritas na literatura como áreas em crise do todo econômico ou em parte importante dele, e o setor pecuário foi e continua sendo prioritário para o sucesso da economia local lageadense. Essas áreas apontadas pela literatura, porém, seriam dotadas de interesses ambientais e étnico-culturais sob a forma de manifestações artesanais, folclóricas, etc., que poderiam reverter em prol do desenvolvimento pela via turística.

Conforme mencionamos anteriormente, acreditamos que dois aspectos importantes do desenvolvimento local são a valorização das produções cultural e econômica e a geração de empregos. Por hora, nos limitaremos a analisar o desempenho do turismo rural em Lages como gerador de novas frentes de trabalho, assim como dos aspectos de formação e capacitação da mão-de-obra, pois como sabemos, o turismo exige um atendimento cuidadoso desse aspecto.

Um dos princípios fundamentais do turismo rural é o atendimento familiar. Em pequenos e médios empreendimentos de turismo rural, esse atendimento possibilitaria um forte entrosamento entre o turista e a família hospedeira, repercutindo positivamente na geração de empregos, o que reteria no campo os estratos mais jovens dessas famílias. Os estabelecimentos visitados em Lages não podem ser caracterizados como pequenas iniciativas em turismo rural. São fazendas tradicionais, com grandes e médias extensões de terras. O trabalho familiar compreenderia, entre outras atividades, a administração de pessoal contratado, cujo número pode variar no nosso estudo de 8 a 24 empregados.

Outro aspecto que procuramos analisar foi a identificação, por parte do entrevistado, de empregos indiretos gerados por sua iniciativa. Novamente podemos dividir os entrevistados em dois grupos.

O primeiro trata daqueles entrevistados a frente de estabelecimentos com um corpo de empregados exclusivos para o trabalho turístico. Fazem parte desse grupo as Fazendas Boqueirão e a Barreiro.

A Fazenda Boqueirão emprega, por ocasião da pesquisa de campo, um número de 18 pessoas somente com o turismo rural e 04 na lida de campo. O casal proprietário divide tarefas da administração do negócio.

Todos esses empregos possuem contratos permanentes. A fazenda costuma contratar mão-de-obra temporária, mais freqüentemente para animação cultural. Segundo seu proprietário, esses músicos e dançarinos têm a oportunidade de divulgar sua arte e conseguir outras apresentações. Excepcionalmente existe a necessidade de contratar garçons e apoio na manutenção da pousada. Isso ocorre nos períodos de maior fluxo. O número oscila conforme o fluxo da demanda. São pessoas da região que habitualmente prestam algum tipo de serviço à fazenda.

As atividades da fazenda repercutiriam na geração de empregos indiretos. Identifica-se a geração de empregos e de oportunidades de produção em áreas adjacentes a fazenda. Como exemplo, citou a terceirização do serviço de barcos que atendem a represa do Rio Caverá, como os guias e instrutores de esportes náuticos. Lages tem se firmado como um sítio para esportes alternativos e atividades físicas na natureza. Isso abre a oportunidade para outras modalidades de turismo em espaço rural. Outra situação apontada como exemplo, mas que em nosso entender se configura melhor como interação com a produção local é o fornecimento de queijos e outros derivados do leite. Em propriedade vizinha são produzidos esses gêneros alimentícios. Com o aumento do consumo, esse pequeno negócio familiar se viu obrigado a contratar mão-de-obra extra.

A Fazenda do Barreiro empregava, por ocasião da pesquisa de campo, 18 pessoas somente dedicadas ao turismo e 02 nas lidas de campo. Todas elas com contratos permanentes. A esses se somam à administração familiar, que compreende o casal e uma filha, todos radicados na fazenda.

Os contratados de forma temporária, os diaristas, são empregados para períodos de fluxo maior, piques turísticos, e, via de regra, são moradores da região. Os músicos e o pessoal de animação cultural, sobretudo nos finais de semana, são de contratação habitual. O trabalho de cozinha e manutenção da pousada exige, nos períodos de pique, a contratação de duas ou três pessoas. Afora esses períodos, o pessoal permanente atende folgadoamente o serviço.

O proprietário da Fazenda do Barreiro não tem uma idéia precisa quanto à geração indireta de empregos. Afirma, contudo, que se estes existem, seguramente estão relacionados com a produção de hortifrutigranjeiros pelos vizinhos, o que no nosso entender também configura uma interação com estabelecimentos vizinhos. Essa é uma atividade embrionária, que as duras penas vem tentando se firmar em Urupema, município sede da Fazenda do Barreiro. A falta de um efetivo sistema de mercado, que assegure que uma produção tenha potencial de consumo, é uma das barreiras à diversificação das atividades

na região. O incipiente volume de trocas entre a fazenda e esses produtores não assegura a contratação de mão-de-obra.

O segundo grupo de entrevistados, no aspecto da geração de empregos, caracteriza-se por uma mão-de-obra que não é exclusiva para o serviço turístico. Todo empregado deve se revezar entre o atendimento ao turista e às atividades normais da fazenda, mesmo que estas estejam relacionadas com o suprimento de produtos e mantimentos à pousada.

São incluídas nesse grupo as fazendas Pedras Brancas e Aza Verde. É de se observar que essa conformação de trabalho é de acordo com um jeito particular de cada proprietário em administrar seu negócio, não se devendo entender como um sucedâneo do tamanho de propriedade. A Fazenda Pedras Brancas se divide entre o turismo e a pecuária de corte. A Aza Verde, por sua vez, concentra-se mais exclusivamente no negócio turístico. Esta ocupa uma área de 100 ha e aquela 1800 ha. Portanto, tamanho não é a questão.

A Fazenda Pedras Brancas é administrada pelo casal proprietário. Os filhos contribuem no período de férias, quando retornam a casa. Durante a pesquisa de campo, havia 08 empregados permanentes. Ela não faz distinção entre o trabalho turístico e o convencional. Nesse sentido, pode-se dizer que nenhum trabalhador está dedicado exclusivamente ao turismo rural: todo funcionário deve estar preparado para atender solicitações dos turistas.

Existem aqueles que são mais exigidos no trabalho de manutenção da pousada, como cozinha e cuidado com quartos e chalés, o que os coloca mais em contato com o visitante. Um dos elementos mais decisivos no produto turístico dessa fazenda são as cavalgadas. As equipes que cuidam dos animais e guiam esses passeios são os mesmos empregados que tratam do gado de corte e leiteiro, sem distinção. O perfil ideal, portanto, desse funcionário é o vizinho já familiarizado com a região e com o jeito de trabalho que tradicionalmente a fazenda vem executando a mais de um século.

A mão-de-obra temporária possui o mesmo perfil das anteriores. A contratação por diárias de músicos e bailarinos para animação cultural é feita principalmente nos finais de semana e feriados prolongados. Nos períodos de pique, contratam-se apoios para aqueles setores mais exigidos, como a cozinha e os dormitórios. Não se observa nitidamente uma geração de empregos indiretos a partir das necessidades de consumo da fazenda ou dos visitantes. Constata-se também uma intensificação das relações de troca entre a fazenda e proprietários rurais vizinhos. O incremento dessa interação, no futuro poderá servir como estímulo para o surgimento de novos empregos.

No caso da Fazenda Aza Verde notou-se que ela possui 11 empregados permanentes. Esses funcionários também trabalham em outra área anexa, onde se produz a maior parte dos produtos e mantimentos necessários à pousada.

Todos os funcionários devem estar em contato com os visitantes. Para o proprietário, seria um luxo desnecessário e caro manter um estafe de empregados somente para atender a pousada e as atividades de recreação. Aquele peão que faz a lida de campo deve ter a desenvoltura para servir uma mesa ou guiar um passeio. Isso vai ao encontro a uma proposta

de trabalho mais informal. Essa fazenda não faz distinção na origem de seus funcionários. Muitos deles, sem precisar quantos, são moradores da cidade de Lages.

Nos períodos de pique sempre há a necessidade de reforçar a equipe com sete a oito pessoas que cuidam da casa e dos cavalos, pois como nas outras fazendas, o turista quer mesmo é cavalgar.

Esse proprietário não vê muito interesse da população local em se integrar na atividade turística, mesmo que indiretamente. Na sua opinião, os vizinhos não prestigiam o que é diferente do habitual, não compartilham do entusiasmo em vencer a crise que está estagnando a agricultura e a pecuária local. Nesse aspecto, ele não é otimista. Crê que o turismo rural somente será uma saída para a economia local quando houver uma mudança de mentalidade da população rural, que permanece inerte diante da crise do setor.

A Fazenda Refúgio do Lago se mantém fora desta classificação. Talvez seja o estabelecimento que melhor se enquadra no princípio do atendimento familiar. Trata-se de um estabelecimento extremamente despojado, com um perfil de demanda bem definida e que tem na pousada de turismo rural uma de suas linhas de atuação econômica. Todo o atendimento ao turista é feito pela família do sócio-proprietário por meio do casal, dos dois filhos e da cunhada. Não há um único funcionário contratado para esse serviço, seja na casa, seja nos passeios e atividades de recreação. Totalmente independentes estão os outros segmentos de produção da fazenda. Nesse setor são empregadas 15 pessoas, sem nenhum vínculo com o turismo.

Se por um lado a fazenda é auto-suficiente nos serviços e manutenção da pousada, por outro, depende da contratação de músicos e dançarinos, tal como as demais, para animar os finais de semana, feriados prolongados e solicitações eventuais dos hóspedes. Muito extraordinariamente, a título de nota, existe a necessidade de apelar para um reforço em servir as mesas e a manutenção da cozinha. Esses funcionários, quando extremamente necessários, vêm todos da cidade. Não se estabelecem vínculos de trabalho com a vizinhança.

A inexistência de vínculos de trabalho e mesmo a insipiência no fornecimento de suprimentos fazem com que o entrevistado não acredite na criação indireta de empregos. A pequena relação de troca que, por vezes, se estabelece em piques de demanda não se presta a gerar qualquer tipo de ocupação remunerada.

O turismo é suficientemente complexo para exigir a qualificação da mão-de-obra. Encará-lo como uma alternativa para a criação de novas tipologias de trabalho no meio rural, implica informar, capacitar e profissionalizar as populações rurais residentes em regiões com potencial de exploração turística. Essa formação abre um leque de oportunidades no atendimento, quer seja das necessidades diretas em termos de serviços, de produção e abastecimento das unidades de recepção turística, quer seja na introdução no rural de novas formas de trabalho, como, por exemplo, guias, instrutores, recreacionistas, artesãos, manufactureiros, entre outras. Podemos sintetizar os cinco casos considerados nesse estudo, como sendo uniformes nesse aspecto de categoria.

A capacitação acontece dentro das fazendas, realizada pelos proprietários sem a participação de formadores externos como o SEBRAE, SENAC, SENAI ou SENAR¹. Ou seja, é própria e informal. Os funcionários apreendem através da prática diária e sempre conforme os costumes da família, que repassa todo o necessário ao contato com o turista. Há a exigência de versatilidade e uma disposição em agradar o turista de uma maneira espontânea. A qualificação de pessoal não deve descaracterizar a população local. Esse receio leva que esses estabelecimentos se dediquem a realizar suas próprias experiências de capacitação.

Em pesquisa mercadológica, a SANTUR² identificou que, de um total de 77 entrevistados, 29,87% sugeriam um melhor trabalho de divulgação, 11,69% apontaram a necessidade de uma melhor sinalização, 11,69 % sugeriram um maior número e melhor serviço nas opções de lazer, 6,49% sugeriram a diversificação dos cardápios. O restante apontou sugestões diversas na infra-estrutura e nos preços, num percentual de 62,54%. Desse estudo da SANTUR, podemos depreender que alguns pequenos problemas e reclamações no atendimento ao turista poderiam ser contornados com uma estratégia de formação e capacitação do corpo de funcionários das fazendas. Por mais gentil e hospitaleira que for a população local, o serviço turístico sempre exige um preparo, pois é sempre uma situação de esperar agradar. Mars e Nicod (apud. Urry, 1996, p.97), definem o termo serviço a partir de uma certa intangibilidade: «O termo 'serviço'... refere-se a uma ação ou coisa material que é mais do que uma pessoa normalmente esperaria. (...) Quanto mais uma pessoa paga por um serviço, mais exigente será sua solicitação por serviço melhor e mais individual».

Esses autores afirmam ainda que a qualidade da mão-de-obra sempre será fundamental em qualquer área, mas, sobretudo, naquelas relacionadas com o turismo, pois este atinge uma gama muito ampla de atividades correlatas, o que acarreta uma repercussão social que permite uma maior interação entre o que usufrui um serviço e aquele que oferece um serviço de qualidade.

Turismo rural e geração de renda

Um outro aspecto de grande importância nos projetos de turismo rural é a possibilidade de aumento da renda, constituindo-se na principal expectativa das famílias ao inserir-se nesta atividade. O aumento da renda nas propriedades que disponibilizam algum produto ou serviço a turistas é alardeado em todas as experiências, tanto no país como fora dele, como sendo o principal resultado desta atividade. A fim de ilustrar este aspecto apresentamos, na seqüência deste texto os resultados obtidos pela pesquisa conduzida por Elesbão (2001) no município de São Martinho, também no Estado de Santa Catarina.

¹ SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa; SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e; SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

² A SANTUR é o órgão oficial de turismo do Estado de Santa Catarina.

De modo geral, as propriedades estudadas tiveram um significativo aumento na renda, sendo que a participação da renda da atividade turística na renda total das 12 propriedades pesquisadas é grande para sete famílias, média para duas e pequena para as outras três. Nas sete propriedades onde a participação na renda é grande, três já não possuem mais atividades agrícolas comerciais, dedicando-se exclusivamente à atividade turística. Como atividade principal ou apenas complementando a renda das famílias, o fato é que todos estão muito satisfeitos, como coloca uma entrevistada:

«Agora é uma vida mais tranqüila, antes era tudo contadinho, agora a gente tem dinheiro, agora sobra (...), melhorou bastante, bastante mesmo».

Com o objetivo de explicitar melhor a importância da renda gerada com a atividade turística e também a diferença em relação à atividade comercial realizada antes, buscar-se-á através de três exemplos, traçar este comparativo. Os dados apresentados são simples, não entrando em detalhamento de custos, mesmo porque não foi possível conseguir todos estes dados, apenas comparando-se valores brutos e quando possível utilizando-se a taxa de lucro fornecida pelo proprietário.

Em uma das propriedades, anteriormente a principal fonte de renda era a pecuária leiteira, com a comercialização do leite para a indústria, tendo uma produção média diária de 100 litros, o que pelo preço médio de venda fornecido pela EPAGRI/Tubarão, de R\$ 0,243 o litro, totaliza um montante bruto de R\$ 729,00 por mês. Atualmente são produzidos aproximadamente 5.000 pacotes de biscoitos por mês, a um preço médio de R\$ 2,00, perfazendo um valor bruto de R\$ 10.000,00, ou seja, mais de 13 vezes o valor obtido com a produção de leite. Embora não se tenha a percentagem de lucro desta atividade, comparando-se com o lucro da produção leiteira, que segundo o trabalho desenvolvido pela EPAGRI/Tubarão, é em média R\$ 0,012 por litro, o que daria um lucro mensal de R\$ 36,00, mesmo que fosse muito baixo o lucro obtido com a venda dos biscoitos, o que se supõe não ser, pelo alto valor agregado no produto, a diferença seria considerável. Diferença esta perceptível no padrão de vida da família e nos investimentos que estão sendo realizados.

Em outra propriedade, também a pecuária leiteira era a principal atividade, tendo também como média de produção 100 litros diários, perfazendo um total de R\$ 729,00 de arrecadação bruta por mês. Calculado pelo lucro médio do litro de leite, de R\$ 0,012, isto perfaz um lucro mensal de R\$ 36,00. Na atividade turística, essa propriedade possui pousada e café colonial. Os valores obtidos com a pousada são em média R\$ 6.750,00 mensais e os obtidos com o café colonial são em média R\$ 3.000,00, o que perfaz um valor total de R\$ 9.750,00. O lucro do café, segundo a proprietária, é de aproximadamente 50%. A percentagem de lucro para a pousada é maior, porém não foi informada. Supondo um lucro para a pousada de 50%, o lucro médio mensal seria de R\$ 4.875,00. Comparado com os R\$ 36,00 da atividade leiteira, percebe-se e compreende-se porque a atividade leiteira foi deixada de lado em benefício da atividade turística:

«Aqui na propriedade a gente abandonou praticamente a agricultura, alguma coisinha, mas tem propriedade que consegue conciliar».

Nos dois exemplos acima, o turismo já é a única atividade desenvolvida na propriedade. Um exemplo de propriedade, onde o turismo apenas complementa a renda e segundo a proprietária, tem uma pequena participação na renda da família, é a propriedade que faz e comercializa bitter, licores e acolchoados de lã. No ponto de venda anexo a casa, além destes são comercializados outros produtos, porém de menor importância. Tomado como exemplo apenas as quantidades comercializadas de bitter, licores e acolchoados de lã, o total bruto da comercialização é de R\$ 8.400,00 que dividido por 12 meses dá uma média mensal de R\$ 700,00. Como, segundo a proprietária, o lucro médio auferido é de aproximadamente 50%, isso equivale a R\$ 350,00 mensais. Pode-se dizer que esta quantia é um bom complemento da renda familiar.

Como se pode perceber as famílias que estão diretamente envolvidas com a atividade turística estão conseguindo seu maior objetivo, gerar renda para a família, melhorando com isso seu nível de vida. De modo geral, a atividade turística quando iniciada em uma propriedade, tem por finalidade complementar a renda familiar, porém em dois dos exemplos citados acima, embora esta tenha iniciado como tal, tornou-se a principal e única atividade. Isto ocorreu, entre outros fatores, devido à baixa remuneração da pecuária leiteira, não compensando a remuneração de um empregado ou mais, que porventura precisaria contratar para compensar o trabalho de uma ou mais pessoas da família, que direcionam agora todas as atenções para o turismo.

Em trabalho de Portuguesez (1999), no Espírito Santo, verifica-se que o turismo rural, no caso o agroturismo, mostra-se como uma das atividades de maior potencial de geração de renda, com média de crescimento em torno de 30%, conseguindo em pouco tempo aumentar de forma significativa os rendimentos das famílias inseridas na atividade, mostrando-se com grande potencial de expansão. Isto tem incentivado novos investimentos e estimulado novas adesões à atividade.

Embora se defenda que o turismo tenha que complementar a renda e que as atividades agrícolas e/ou pecuárias devam ter continuidade, isto na realidade pode não ser alcançado em algumas propriedades. Principalmente naquelas baseadas na agricultura de subsistência com uma baixa remuneração mensal e que passam a integrar algum projeto ou roteiro turístico. Com o fluxo de visitantes e a comercialização de seu produto, a renda aumenta e na maioria das vezes as atenções e o tempo de trabalho são dirigidos para esta atividade em detrimento da primeira. Ainda que não seja o modelo desejado é difícil evitar esta situação. Nas propriedades de maiores dimensões físicas o *status* de complementar é bem mais fácil de ser alcançado e perpetuado.

No entanto, há de certo modo uma «consciência» de que é importante manter as atividades agrícolas que eram desenvolvidas, como coloca a entrevistada:

«Isso aqui ajudou bastante, mas se é só para viver disso aqui também não dá. A gente tem que continuar cuidando do que a gente fazia antes. Isso aqui ajuda né. Antes faltava dinheiro e a gente tinha que vender uma criação, agora não, agora se a gente vender a criação tem o dinheiro limpo».

De modo geral, os produtos comercializados e/ou servidos aos visitantes são produzidos na propriedade, sendo que quando esta não dispõe de determinado produto ou não produz mais por falta de tempo, estes são adquiridos junto às propriedades vizinhas, que passaram a compartilhar os benefícios do fluxo de visitantes ao município. Nos pontos de venda junto a algumas propriedades que recebem visitantes, encontram-se produtos artesanais para venda. Estes são adquiridos junto às famílias da comunidade e revendidos aos visitantes interessados. Geralmente, são as propriedades que trabalham com hospedagem e restauração as que mais necessitam adquirir produtos de vizinhos, por disporem de menos tempo na elaboração destes e também pela especialização que certos produtos requerem para ter a qualidade desejada.

Em todas as propriedades estudadas as atividades eram realizadas por pessoas da família, sendo que nenhuma delas contratava mão-de-obra. Com a inserção e o desenvolvimento do turismo, houve necessidade de contratação de recursos humanos, efetivos e/ou diaristas. Das 12 propriedades, quatro delas tem empregados efetivos e seis contratam diaristas nos períodos de maior visitação. Estes são provenientes da comunidade onde está localizada a propriedade, principalmente de vizinhos, conforme declarou uma entrevistada:

«Eu comecei sozinha, ela me ajudava, minha sogra me ajudava, aí depois eu peguei uma ajudante, era uma vizinha, peguei mais outra vizinha e agora peguei outra, então hoje eu tenho três, e hoje eu devia ter mais alguma».

No Espírito Santo, as propriedades estudadas não perderam trabalhadores com a inserção na atividade de agroturismo. Porém, segundo Portuguese (1999), não se pode afirmar que tenha havido considerável geração de empregos, sendo que apenas cinco dos vinte e dois proprietários contrataram mão-de-obra após o início da atividade. A justificativa para isto, segundo o autor, é a recepção personalizada do visitante, onde a própria família recebe e atende pessoalmente, ficando com isso a geração de empregos comprometida por esse caráter familiar que a atividade assume.

Existe em São Martinho um grande potencial de geração de empregos, principalmente porque a atividade turística está em expansão. Na época da primeira visita a campo, uma das propriedades empregava três pessoas, sendo que este número foi aumentando até atingir cinco pessoas três meses depois.

As propriedades que hoje se encontram explorando alguma atividade relacionada ao turismo conseguiram elevar bastante seu nível de renda, sejam naquelas que hoje o turismo é a principal atividade, sejam em outras que este complementa a renda. Isto repercutiu positivamente na comunidade com mais famílias buscando oferecer algum tipo de produto turístico. Mas, a maior contribuição das famílias que estão na atividade para a comunidade é a geração dos empregos diretos, tanto permanentes como temporários e indiretos, através da aquisição de produtos.

O aspecto principal que pode ser destacado em relação ao turismo rural nas propriedades pesquisadas é a geração de renda, com a conseqüente melhora do nível de vida destas famílias e a geração de empregos diretos com a contratação de mão-de-obra local, podendo

ser temporária ou permanente. Também é importante explicitar que metade dos entrevistados adquire produtos e/ou matérias-primas que não produzem dos vizinhos, produtos estes que serão utilizados na propriedade, possibilitando assim a comercialização dos produtos destes e gerando renda para estas famílias. Outro aspecto a ser destacado é que há propriedades onde membros das famílias saíram, na busca de empregos ou de estudo, mas agora estão retornando para trabalhar nesta nova condição. É unanimidade entre as pessoas que trabalham diretamente na atividade turística dos municípios, de que o turismo rural melhorou o padrão de vida das famílias, está gerando alguns empregos e ocupações e, proporcionou benefícios concretos para a comunidade como um todo.

BIBLIOGRAFIA

BLOS, Wladimir.

1999 *O turismo rural e o desenvolvimento local: a experiência de Lages-SC*. 95f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria-RS.

CALATRAVA, J. & RUIZ, P.

1993 «El turismo, una oportunidad para las zonas rurales desfavorecidas?» *Leader Magazine*, Bruxelas, nº 4.

ELESBÃO, Ivo.

2001 *Turismo rural em São Martinho (SC): uma abordagem do desenvolvimento em nível municipal*. 192f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria-RS.

PORTUGUEZ, A. P.

1999 *Agroturismo e desenvolvimento regional*. São Paulo: Editora Hucitec.

URRY, J.

1996 *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel/SESC.